

## **Projeto Político Pedagógico: Uma análise da participação da comunidade escolar na sua construção**

**Pedagogical Political Project: An analysis of the participation of the school community in its construction**

**Proyecto Político Pedagógico: Un análisis de la participación de la comunidad escolar en su construcción**

Recebido: 07/06/2022 | Revisado: 13/06/2022 | Aceito: 16/06/2022 | Publicado: 28/06/2022

**Hebison Almeida dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2031-9409>

Instituto Federal do Pará, Brasil

E-mail: [hebison.almeida@ifpa.edu.br](mailto:hebison.almeida@ifpa.edu.br)

### **Resumo**

O artigo apresenta o nível de participação dos atores sociais que compõem a comunidade escolar como os alunos, professores, pais, diretores, supervisores dentre outros em relação a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). O objetivo principal deste artigo é analisar de que forma acontece a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico das escolas pesquisadas. A pesquisa com abordagem quali-quantitativa investigou os atores pertencentes a comunidade escolar quanto a sua participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Na análise decorrente dos dados verificou-se que em relação ao PPP, os gestores ainda estão na frente desta elaboração do projeto político pedagógico, quase sem a participação dos demais atores que compõem a comunidade escolar como os pais, alunos, professores e demais funcionários da escola. Portanto o artigo tem a intenção dentre outras a de contribuir para uma participação mais eficaz dos atores sociais que compõem a escola, sendo esta, a principal responsável para promover uma participação mais efetiva dos seus colaboradores, fortalecendo assim as relações de coletividade no ambiente escolar e na comunidade na qual se localiza.

**Palavras-chave:** Comunidade escolar; Participação; Projeto Político Pedagógico.

### **Abstract**

The article presents the level of participation of the social actors that make up the school community such as students, teachers, parents, directors, supervisors among others in relation to the construction of the Pedagogical Political Project (PPP). The main objective of this article is to analyze how the participation of the school community takes place in the elaboration of the pedagogical political project of the schools surveyed. The research with a qualitative-quantitative approach investigated the actors belonging to the school community regarding their participation in the elaboration of the Pedagogical Political Project. In the analysis resulting from the data, it was found that in relation to the PPP, the managers are still at the forefront of this elaboration of the pedagogical political project, almost without the participation of the other actors that make up the school community such as parents, students, teachers and other employees of the school. school. Therefore, the article has the intention, among others, to contribute to a more effective participation of the social actors that make up the school, which is the main responsible for promoting a more effective participation of its employees, thus strengthening the collective relations in the school environment and in the community in which it is located.

**Keywords:** School community; Participation; Pedagogical Political Project.

### **Resumen**

El artículo presenta el nivel de participación de los actores sociales que integran la comunidad escolar tales como estudiantes, docentes, padres de familia, directivos, supervisores entre otros en relación a la construcción del Proyecto Político Pedagógico (PPP). El objetivo principal de este artículo es analizar cómo se da la participación de la comunidad escolar en la elaboración del proyecto político pedagógico de las escuelas encuestadas. La investigación con enfoque cualitativo-cuantitativo investigó a los actores pertenecientes a la comunidad escolar en cuanto a su participación en la elaboración del Proyecto Político Pedagógico. En el análisis resultante de los datos, se constató que en relación al PPP, los gestores siguen al frente de esta elaboración del proyecto político pedagógico, casi sin la participación de los demás actores que componen la comunidad escolar como padres, alumnos, profesores y demás empleados de la escuela. Por lo tanto, el artículo tiene la intención, entre otras, de contribuir a una participación más efectiva de los actores sociales que integran la escuela, que es la principal responsable de promover una participación

más efectiva de sus empleados, fortaleciendo así las relaciones colectivas en la entorno escolar y en la comunidad en la que se encuentra.

**Palabras clave:** Comunidad escolar; Participación; Proyecto Político Pedagógico.

## 1. Introdução

Hoje no Brasil, a gestão democrática é fruto de vários estudos na educação Brasileira, pois está sendo vista como um símbolo de mudança na estrutura organizacional da educação. Como afirma Paro (2010) a administração escolar precisa retomar a especificidade da administração vinculada à natureza da educação, dando um sentido político à ação administrativa de modo a superar o autoritarismo que vem marcando suas relações pela ausência da participação dos sujeitos educativos nas decisões de seus objetivos e de suas realizações. A política educacional visa como base, a gestão democrática estabelecida na constituição de 1988 e na lei complementar 9.934/96 sendo este fruto de várias reivindicações que se tornaram mais predominante a partir da década de 1980, se tornando a base da futura educação nacional. Reforça-se da gestão democrática, a sua base participativa, visando a interação entre os vários segmentos da comunidade escolar. Neste modelo de gestão o diretor descentraliza o poder e conseqüentemente redistribui a responsabilidade entre todos os atores sociais. Para Ferreira (1999, p.11) “participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução”. Neste sentido se pode intensificar a importância que tem os atores sociais da escola na definição e clareza do verdadeiro sentido do termo participação.

Sobre esta ótica, os principais instrumentos que visam garantir a gestão democrática são: o projeto político pedagógico da escola (PPP), conselho escolar além das outras instâncias deste processo como a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil. Todos estes instrumentos fazem com que os atores sociais envolvidos neste processo interajam para o desenvolvimento da comunidade escolar. Para Santos (2005, p.12) “Um processo de gestão democrática consiste na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto educativo que deve ser expresso no PPP e ser conhecido por toda a comunidade”. Neste sentido o PPP possui uma grande importância neste contexto, pois através deste projeto podem ser direcionados todos os passos que a escola deve tomar para tornar o ambiente escolar mais propício para uma educação mais eficaz. Assim, como base na implementação das ações que possam servir para a solução dos problemas no contexto escolar, surgem os atores sociais que conhecem a necessidade local, pois vivenciam na sua prática pedagógica as dificuldades no processo de ensino aprendizagem. Segundo a LDB de 1996, no artigo 13, inciso I e artigo 14, também inciso I, estes abordam a participação do docente na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, ou seja, dá uma maior autonomia e envolvimento deste profissional da educação na construção do PPP. Logo é evidente segundo a legislação a importância da participação do professor na elaboração desta proposta, assim como os outros atores sociais que compõem a comunidade escolar.

Nesse sentido, a discussão do tema torna-se relevante, uma vez que o Projeto Político Pedagógico é um importante plano para o desenvolvimento da escola. Dessa forma, é indispensável que a comunidade escolar utilize o Projeto Político Pedagógico como diretriz norteadora, pois através deste, pode-se definir os conteúdos e as estratégias a serem utilizadas nas aulas, visando, sempre, a formação do aluno, que não pode estar descontextualizada da realidade do mesmo e nem da prática da escola. Considera-se importante averiguar qual o nível de participação da comunidade escolar na construção e execução do Projeto Político.

Todo projeto político pedagógico requer com o um dos seus princípios básicos a participação da comunidade escolar na elaboração do mesmo, sendo que cada parte integrante desta comunidade tem sua importância nesta elaboração, assim sendo, os professores como pessoas diretamente ligadas ao processo de ensino aprendizagem, tem uma grande força dentro de sala para por em prática todo um planejamento formado dentro do PPP. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo conhecer o nível de participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, estes atores sociais

como os professores, porteiros, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, pais, alunos e demais funcionários são importantíssimos neste processo de criação da identidade da escola.

## **2. Metodologia**

O presente artigo foi realizado com base em um estudo quanti-qualitativo com uma intenção descritiva, pois desta forma é possível analisar a participação e o projeto político pedagógico dentro do ambiente escolar identificando de que forma acontecem as participações dos integrantes da comunidade escolar. Para Sampieri (2006, p. 12) “Se realizarmos os estudos científicos realizados nos últimos anos observaremos uma tendência crescente nesse sentido: a fusão, o casamento quanti-quali. Isso se deve talvez ao fato de termos percebido que, mais que beneficiar as lutas ideológicas e as posições dogmáticas impediram o avanço do conhecimento, por isso, é preciso buscar a convergência ou a triangulação”. Tendo como base no estudo a análise descritiva foi possível identificar os níveis de participação da comunidade escolar na elaboração e na execução do PPP, organizar de acordos com os atores sociais os pontos mais comuns que contribuem ou não para elaboração e execução do PPP, analisar as dificuldades encontradas pela comunidade escolar na elaboração e execução do PPP, uma vez, que Triviños (1987, p.110) define o estudo descritivo como sendo” aquele que pretende descrever com “exatidão”, os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

O estudo foi desenvolvido em três escolas públicas municipais de ensino fundamental, todas estas escolas estão situadas na zona urbana de Paragominas no estado do Pará.

Os atores da pesquisa foram 48 alunos/as de 150 alunos matriculados, sendo estes os que estão a mais de dois anos frequentando a escola nas faixas etárias de 13 a 17 anos, 40 professores destas escolas com um mínimo em média de um ano de trabalhos nas escolas selecionadas de um total de 76 professores, 36 pais que foram escolhidos de acordo com os alunos selecionados, 16 funcionários (vigias, secretários, auxiliares administrativos e serventes) das escolas com média também de um ano de atuação nestas em um total de 22 funcionários, 4 supervisores de um total de 4 e por final uma quantidade de 4 diretores de um total de 4. Os atores da comunidade escolar foram submetidos a um preenchimento de um questionário e entrevistas sendo que as respostas foram analisadas e transcritas a fim de que se obtenha uma melhor validação dos resultados para a referida pesquisa. Foram feitas análises estatísticas e a utilização de software de análise de conteúdo para entender o cenário pesquisado.

## **3. Fundamentação Teórica**

### **3.1 Pensando pela perspectiva da participação**

Wittmann (2009, p.15) diz que deve “primeiro, integrar as pessoas no mundo sócio-cultural de seu tempo e espaço, segundo, desenvolver, produzir ou construir as condições subjetivas de intervenção original na evolução dos acontecimentos”. Com bases na afirmação do autor, a integração das pessoas no processo educacional contribui de forma significativa para a obtenção de objetivos mais eficazes e possíveis de realizar. Desta forma a participação de todos dentro do processo educacional tornará o processo mais eficaz, para Paro (2000, p.235):

É importante observar que o papel da escola na divulgação da nova visão de mundo não precisa restringir-se ao âmbito das atividades de ensino-aprendizagem. Essa concepção deve permear todas as atividades da escola e é de particular importância na atividade administrativa. Obviamente, uma gestão de escolas estruturadas em bases democráticas, fundada na participação da comunidade, terá maiores facilidades de conseguir a adesão de parcelas significativas dos pais de alunos, para atividades culturais que visem à reflexão mais profunda dos problemas educacionais dos seus filhos, e que lhes propiciem, ao mesmo tempo, a apreensão de uma concepção de mundo mais elaborada e crítica.

Nesta ideia, a escola como entidade de divulgação do saber e de compartilhamento do conhecimento, só terá sucesso através da participação, e esta participação deve ser causada pela escola. Com esta ênfase no processo de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões, torna-se evidente a importância dos mecanismos de ação dos atores sociais dentro da concepção participativa. É evidente que a participação nos processos de tomada de decisões só terá efeito quando o papel dos envolvidos estiver totalmente definido. E neste processo de divisão das funções que se reforça a importância da função de cada pessoa no processo.

Dentro do conceito de compartilhamento das funções de cada integrante da comunidade escolar é necessária uma gestão que possibilite que aconteça esta estruturação, e na visão da gestão participativa, Costa (1995) diz que a construção de uma gestão escolar participativa se coloca como exigência e contingência de um processo de afirmação da cidadania, na medida em que contribui para a conquista da autonomia política superando relações verticalizadas e padrões de gestão tecnocrática, engendrando mecanismos de exercício de poder firmados no compromisso com os reais interesses da maioria.

Na definição de Luck (2010, p.17) sobre o fortalecimento da participação no processo interno da escola, como a forma de organizar sobre o ponto de vista também da gestão participativa, afirma que “Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico”. Vale ressaltar que a participação como já foi citado anteriormente deve ser entendida também como um meio de se alcançar os objetivos propostos pela escola no seu projeto político pedagógico.

O escritor Bordenave (1994) aponta alguns complementos dos princípios da participação: uma de base afetiva, que envolve o sentimento de prazer em fazer coisas com outros e uma base instrumental, pois fazer as coisas com os outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinhos. Nesta ótica, a participação surge de um processo culturalmente criado, pois a participação requer quesitos essenciais para a sua existência, sendo assim, neste conceito, o processo de compartilhamento e atuação, seja nas informações ou nos processos decisórios dentro do processo organizacional surge com a prática intensa do aprender e do se doar para a eficiência da participação.

Na concepção de Paro (2017) no processo participativo ocorrem os condicionantes internos e externos da participação. Assim os primeiros são: materiais, os que se referem às condições objetivas em que se dão as práticas e relações no interior da escola; institucionais, relativos à organização formal da escola pública; político-sociais, que dizem respeito aos interesses dos grupos existentes no interior da escola e ideológicos, que representam concepções e crenças sedimentadas. Os condicionantes externos à unidade escolar são: econômico-sociais, ligados às reais condições de vida da população (falta de tempo e cansaço devido à intensa rotina de trabalho); culturais, referentes à visão de mundo e de educação escolar que favorecem, ou não, a vontade de participar e institucionais, mecanismos coletivos de participação, presentes no ambiente social mais próximo. Assim, para que haja a participação efetiva dos integrantes da comunidade escolar, devem-se analisar os condicionantes que podem interferir neste processo de atuação dos atores sociais. A participação é o meio de melhor alcançar os objetivos da escola. Libânio(2001) reforça a importância da criação de bases para que haja uma participação realmente efetiva, que possa atender as necessidades da comunidade escolar, assim como contribuir de forma nítida para a realização dos objetivos propostos pela comunidade.

Neste sentido, a participação se torna um processo a ser buscado e motivado, assim, a participação como supõem Luck (2010, p.18)

caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação dinâmica dessa unidade social. De sua cultura e de seus resultados, poder este resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afeitas.

Luck (1998) descreve algumas estratégias que podem facilitar a participação dos atores que compõem a comunidade escolar sendo elas: a) Identificar as oportunidades apropriadas para a ação e decisão compartilhada; b) Estimular a participação dos membros da comunidade escolar; c) Estabelecer normas de trabalho em equipe e orientar a sua efetivação; d) Garantir os recursos necessários para apoiar os esforços participativos; e) Prover reconhecimento coletivo pela participação e pela conclusão de tarefas. O caminho a ser percorrido para que realmente aconteça o verdadeiro sentido participativo no ambiente escolar se torna desafiador e incerto. Segundo Marques (1981), a atuação de todos nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização. A flexibilidade de pessoas e da própria organização permite uma abordagem aberta, facilitando a aceitação da realidade e permitindo constantes reformulações que induzem ao crescimento pessoal e grupal. A dignidade do grupo, e de cada um, se faz pelo respeito mútuo. A interação entre os componentes do grupo escolar possibilita o fortalecimento da confiança e o surgimento da sensação do poder de mudar através da participação o futuro da escola.

Nas palavras de Vasconcellos (2006) ao se analisar o trabalho pedagógico da instituição escolar se tem que levar em conta os espaços/tempos disponíveis, inclusive para a participação dos pais e alunos nas reuniões, as vozes destes atores da comunidade escolar são pouco ouvidas, tanto nas instâncias de participação, quanto na própria sala de aula. Os pais ainda não se sentem à vontade ou quase não falam nas reuniões, até porque eles desconhecem quase que totalmente as questões pedagógicas, não possuem acesso ao Projeto Político-Pedagógico da escola em que seus filhos estão matriculados. Cabe ressaltar que o fato de tratar-se de uma construção coletiva, não significa que todos irão fazer tudo, mas cada segmento terá atribuições específicas. O que se destaca é que as grandes decisões devem ser tomadas coletivamente, sem exceções.

### **3.2 Os tipos de participação dentro do ambiente escolar**

Para Luck (2010, p.35), as formas de participação são identificadas como: “a) a participação como presença, b) a participação como expressão verbal, c) participação como representação política, d) a participação como tomada de decisão, e e) a participação como engajamento”.

Sobre a participação como presença, Luck (2010, p.37) explica que:

Evidencia-se, pois a significação inadequada e falsa participação, nesse entendimento, o que considera a presença física, o estar presente, como o bastante para que a pessoa seja considerada participante. Deixa-se de considerar que o termo em si, pressupõe, além de fazer parte da ação efetiva de contribuição para o desenvolvimento da organização ou unidade social.

Este significado de participação é o que distorce o que muitos consideram como a participação efetiva, pois não adianta ter tempo para participar, e sim quando estiver presente, o integrante da comunidade escolar deve tornar esta presença física, elemento de participação efetiva nos rumos das tomadas de decisões da escola. Em relação à falsa participação, observa-se o comportamento passivo de participação a luz dos conceitos da autora como uma pessoa com expressões não verbais de apatia e indiferença com a dimensão sociocultural de sua realidade, exercendo um impacto negativo no ambiente de reunião.

Sobre a participação como expressão verbal Luck (2010, p.39) explicita que:

[...] o uso da liberdade de expressão -, é considerada como espaço democrático de participação e, portanto, a grande evidência de participação. Porém, a atenta observação do que acontece no contexto educacional pode demonstrar um espírito totalmente diverso. Isso porque não é incomum perceber, como já indicado anteriormente, escolas em que as decisões tomadas por sua direção têm no espaço das reuniões de professores o objetivo de referendar decisões tomadas, constituindo-se, desse modo, em processo da falsa democracia e participação [...].

Em tese, a autora deixa clara a diferenciação que deve existir no processo participativo, pois não adianta apenas falar, mas sim, saber se o que realmente está sendo discutido está sujeito a mudanças, ou seja, a novos direcionamentos. Cabe então ressaltar a atenção exigida na participação no processo educacional, pois a participação ativa dos integrantes da escola, requer, pede-se um novo olhar sobre determinada situação, e se sugere, uma possível reestruturação das propostas elencadas pelos representantes da reunião.

Sobre a participação como representação política Luck (2010, p.41) diz que “A representação é considerada como uma forma significativa de participação: nossas ideias, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante acolhido como pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para esse fim”. Este tipo de participação como elenca a autora é importantíssimo para um grupo social grande, pois devido a sua dimensão populacional não é possível uma participação de cada integrante deste. Um exemplo escolar deste tipo de participação é a necessidade de representantes da associação dos pais e mestres, grêmios estudantis ou similares e conselhos escolares, e para juntos representarem um determinado grupo e suas reivindicações, e estes representantes, são escolhidos em sua maioria através de votos. Esta representação através dos votos constitui-se em um princípio de gestão democrática definido no artigo 14, inciso II, das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/94).

Na participação como tomada de decisão, Luck (2010, p.45) observa que “identifica-se que a prática participativa na tomada de decisões em vários estabelecimentos de ensino tem gerado uma situação de falsa democracia [...]”, na visão da autora, as reuniões que se relacionam com este tipo de participação tem servido apenas para tratar de assunto tão irrelevantes e pré-determinado que não haveria necessidade para tal acontecimento. Neste aspecto, a autora cita alguns aspectos negativos que ocorrem através deste processo, sendo eles:

- a) O gasto do tempo precioso de todos e da energia coletiva para discutir questões secundárias e operacionais, que poderiam ser decididas a partir do bom-senso pela pessoa responsável pela gestão da unidade social para o que ela recebeu uma delegação funcional.
- b) O enfraquecimento do poder e da responsabilidade de discernimento na tomada de decisão na gestão escolar.
- c) A delonga na tomada de decisão colegiada que, por ser morosa, torna-se inoperante e enfraquecida, quando as questões a ela relacionadas são urgentes.
- d) A delonga e hesitação em assumir decisões mais fundamentais da problemática educacional – é possível até mesmo sugerir que o objetivo subliminar de tendências a prender-se em questões secundárias seja justamente o de evitar responsabilidades maiores.
- e) A criação de um clima fictício de participação e desgaste desse processo. (Luck, 2010, p.45).

Nesta visão, é importante tornar o processo participativo mais eficaz, evitando assim, o acontecimento das situações propostas acima, pois o conceito de participação, como base, conduz a uma integração com eficiência e coletividade nos processos de tomada de decisão.

Na perspectiva da participação com engajamento Luck (2010, p.47) diz que,

representa o nível mais pleno de participação. Sua prática envolve o estar presente, o oferecer ideias e opiniões, o expressar o pensamento, o analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas.

Isto resulta em um estilo de participação, que envolve de forma dinâmica os integrantes da comunidade escolar, contribuindo de forma a possibilitar os processos sociais, criando o vínculo de responsabilidade devido ao agir com objetivo, tendo competência e dedicação, visando almejar os objetivos assim propostos pelos atores sociais da escola. Pois participar para Luck (2017), em seu sentido pleno, possibilita a separação de um lado da ideia de alienação e passividade, e do outro o autoritarismo e centralização, intermediados por cobrança e controle.

### 3.3 O Projeto Político Pedagógico(PPP) e os atores sociais da comunidade escolar

No ambiente escolar o projeto político pedagógico é uma ferramenta que prioriza sempre por sua intencionalidade, é relevante então definir o PPP enquanto sua formação epistemológica, então este é formado por três palavras importantes, sendo elas: Projeto, político e pedagógico, desta forma, nas palavras de Ferreira (2009, p.15) projeto é “algo que se apresenta como desejado e necessário”. Todo projeto dentro do ambiente escolar deve ser composto das intenções da escola, ou seja, projeto significa lançar-se para um plano ainda desconhecido ou incerto e que contribua de forma positiva para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Desta forma, segundo Libâneo et al., (2003, p.345-346), “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos”. Da mesma forma Para Gadotti (1994, p.579)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...]

Neste aspecto, o projeto político pedagógico se torna uma grande chave para o desenvolvimento das metas da escola, reforçando o conceito participativo e criando bases para a reformulação de ideias e conceitos que possam realçar o processo de tomada de decisões. Dentro do processo do PPP, o termo político direciona-se para o sentido de cuidar do que é público, das relações humanas e do bem governar, esta ação política promove a concentração das pessoas ao redor das ideias, isto na verdade é essencialmente uma atuação democrática. Para Dias (2003, p.10).

Segundo Aristóteles, “o homem é um ser político”, portanto, todas as suas ações se dão de forma intencional e nas relações sociais. A educação sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencional, passa a ser um ato político. A educação engendra desde sua gênese uma contradição histórica em sua práxis, com interesses antagonísticos construídos e desenvolvidos nas relações sociais do meio onde a escola está inserida. A administração escolar, nela incluída o ato de planejar as ações educacionais, pode ser feita de forma centralizada e autoritária, como participativa e democrática, incluyente ou excluyente. Quando a mesma assume a forma participativa e incluyente, permite uma maior eficiência social e educacional. Para tanto, necessitamos de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surge o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, tem se mostrado um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública.

Nesta visão a relevância do ser político como responsável pela mobilização do espaço em que vive se torna relevante, pois dinamizar a ação para que o processo de participação possa distorcer as contrariedades ocorridas dentro do ambiente escolar, é de fundamental importância para que o processo de administração escolar possa favorecer a integração dos atores sociais da escola.

Todas as ideias do PPP reúnem-se para ampliar a possibilidade de uma gestão realmente democrática, que seja capaz de contribuir de forma efetiva para os princípios básicos da gestão democrática seja pela autonomia, seja pelo processo igualitário de participação, Ferreira (2003, p.16) comenta que

[...] a gestão da educação, enquanto tomada de decisão, organização, direção e participação, não se reduz e circunscreve na responsabilidade de construção do projeto político-pedagógico. A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e especialmente na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões e para o estabelecimento de novas políticas [...].

Neste aspecto é relevante a importância da participação de todas as partes da escola, que devem contar com os diretores, pedagogos, professores, conselheiros e entre outros que são de grande importância neste processo, para Veiga (1995, p.17)

Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligada à educação das classes populares. A construção do projeto político pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério.

Então existe uma possibilidade de agregar a comunidade em busca de objetivos comuns, que possam abranger as relações tanto política como pedagógica, a fim de que o processo de tomada de decisões possam contemplar as reais necessidades do ambiente escolar através de um processo participativo e rico de ideias, e sugestões capazes de direcionar a escola a realizar seus objetivos através do alcance de suas metas.

Neste processo em que o projeto político pedagógico se torna ferramenta essencial na solidificação das estruturas do processo de ensino aprendizagem, a participação coletiva surge como um fio condutor que tem como intenção direcionar as prática de conduta dos atores sociais na integração das ideias e no fortalecimento das ações da comunidade escolar, desta forma cada ator possui sua função dentro do PPP, e por este motivo deve ter seu papel explícito e especificado de tal forma que suas experiências e opiniões possam contribuir para a elaboração assim como no caminho para a concretização do PPP.

Assim, as funções dos atores sociais possuem grande importância, nas palavras de Vieira citado por Ferreira (2008, p.20) diz que “é preciso que todos funcionem como uma orquestra: afinados em torno de uma partitura e regidos pela batuta de um maestro que aponta como cada um entra para obter um resultado harmônico”. Desta forma, os gestores assim como o coordenador pedagógico se comportam como direcionadores no processo do PPP, conduzindo os outros atores sociais da escola como os outros funcionários da escola, os professores, os alunos e os pais. Assim, todos possuem uma ação que se for utilizada de forma coerente possui uma força enorme no processo para a realização das metas da escola, a seguir é explicitada a importância de cada um destes atores dentro do planejamento participativo que configura com o PPP.

### **3.3.1 Gestores**

O gestor dentro das etapas do projeto político pedagógico se torna peça fundamental para o desenvolvimento das ações que norteiam o projeto, seja na parte administrativa, seja na parte pedagógica, ou seja, na articulação das etapas assim como na dos atores sociais da escola para uma participação mais efetiva. Desta forma, o gestor dentro das suas atribuições deve tornar a escola um ambiente propício à participação dos atores sociais no processo de elaboração, execução, do acompanhamento e da avaliação em si, enfatizando em suas ações o processo democrático que a escola necessita, para Luck (2010, p.78) ao comentar sobre o gestor democrático, diz que este “se assenta sobre a participação e sobre a tomada de decisão compartilhada, seguida de ações colaborativas, em que, em equipe, os membros da organização assumem responsabilidades conjuntas pelo seu desenvolvimento e realização de objetivos elevados.”

Logo, o gestor assume em suas funções a de possibilitar o andamento do projeto, contribuindo em sua gerência para a realização de uma comunidade participativa e capaz de alcançar as metas propostas pelos atores sociais como sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de uma escola de qualidade.

### **3.3.2 O coordenador pedagógico**

O coordenador pedagógico dentro do processo de solidificação do projeto político pedagógico possui uma relação de suma relevância na estruturação da base participativa da escola, Segundo Luckesi (1993) três tendências filosófico-políticas



buscam explicar a educação, para ele, a primeira tendência dispõe a sociedade em si, como um conjunto de seres que vivem em sentido harmônico, com desvios de grupos e indivíduos que vivem à sua margem. Neste sentido, a educação teria a responsabilidade de formar a personalidade das pessoas para que realizem valores éticos necessários para a convivência social, dessa forma ela se tornaria a redentora da sociedade.

Essa responsabilidade, porém, não é, e nem deve ser, de uma única pessoa ou apenas da equipe gestora, é de todo o ambiente escolar que é comprometido com uma educação de qualidade e deve estar representada num Projeto Político-Pedagógico que demonstre os anseios e desejos de todos os atores sociais. Desta forma, o coordenador é apenas um dos atores que compõem o coletivo da escola. Para ORSOLON (2003, p.19), o supervisor deve direcionar “suas ações para a transformação, precisa estar consciente de que seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo, mediante a articulação dos diferentes atores escolares, no sentido da construção de um projeto político-pedagógico transformador”.

Desta forma o coordenador é importante neste processo, porém deve estar claro que a ação coletiva é mais. Assim, segundo Orsolon (2003), são necessárias algumas atitudes dos coordenadores para que possam causar transformações nos professores, sendo elas: A promoção de um trabalho de coordenação em ligação com a própria gestão escolar, utilizar da experiência dos docentes e procurando da melhor forma possível adequar tais experiências, incentivar a organização curricular, criar ocasiões para que o professor possa integrar sua pessoa à escola. Esses subsídios devem ser bases propulsoras do trabalho de uma coordenação pedagógica realmente interessada na melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados pela escola, e que estes se baseiam no eixo que envolve o princípio no qual o Projeto Político-Pedagógico acontece.

### 3.3.3 Os professores

É importante destacar que todo o processo participativo que ocorre na gestão educacional, se formaliza em diversos contextos e ambientes, ocasionando assim, a manifestação de suas peculiaridades ou suas especificidades, demandando que todos sejam igualmente envolvidos neste processo. Caso este aspecto não seja respeitado, Luck (2010, p.80) alerta que

Promover na escola um ambiente de participação pelos professores, em conjunto e espírito de equipe, no sentido de transformar sua prática pedagógica, a elevação de seu nível de consciência e transformação da realidade de trabalho sem alteração das práticas de relacionamento do sistema de ensino com a escola, cria mudanças apenas temporárias nas ações escolares.

Assim, não adianta criar um cenário fictício de participação, sem antes estruturar de forma efetiva o processo, para que desta forma, se consiga a participação plena. Na visão de Luck (2010), essa prática, quando efetiva, promove a necessidade de participação nas determinações criadas no âmbito da gestão do sistema de ensino, assim, torna-se claro e evidente, por exemplo, como as ações do próprio sistema interferem em sua dinâmica de efetividade, ocasionando um sentido diferente daquele da proposta pedagógica. Na base do processo participativo, a efetividade plena da integração é essencial para o sucesso do ambiente escolar. Luck (2010, p.82) alerta sobre outro tópico da falta de respeito no processo participativo quando diz que

Conceder aos professores o espaço à participação na determinação do desenvolvimento do processo escolar e não envolver nesse processo os alunos e os pais corresponde a conceder àqueles profissionais o poder de dominação, que em vez de promover a conscientização dos professores, sobre seu papel social, concede-lhe o esforço da prática de autoritarismo, embora repartido.

Em seu Art. 14, dispõe sobre os seguintes princípios norteadores da gestão democrática nas escolas públicas: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; e II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Atualmente, através da LDB 9.394/96 percebe-se uma

tentativa de retomada da autonomia e participação do professor na elaboração do PPP da escola, conforme já foi citado no artigo 13 e 14 da referida lei.

Para que as ações sejam eficazes, o professor deve entender que possui um papel fundamental no processo educativo, a formação deste profissional, a especialização e a atualização são primordiais para uma efetiva autonomia e participação na elaboração do ensino e sua contribuição de forma ativa no processo do PPP.

### **3.3.4 Os funcionários da escola**

Como todo projeto político pedagógico requer a participação de todos que pertencem à comunidade escolar, esta integração seria para Ferreira (2008, p.55) “a cooperação que exige entendimento mútuo e participação que supõe a abertura de novas discussões, de deliberação e de novas decisões”. O trabalho dos funcionários, por se realizar em uma escola, tem uma dimensão pedagógica que é muito pouco reconhecida, até por eles próprios. As relações que eles estabelecem com os alunos e com os pais poderiam ser exploradas na direção da formação da cidadania, e contribuir de forma positiva para elencar as ideias que norteiam o PPP.

### **3.3.5 A comunidade: A Família, os pais ou responsáveis**

Para Luck (2017) é de suma importância o entendimento dos princípios básicos que favorecem a participação coletiva das pessoas na construção da realidade que fazem parte, desta forma, este envolvimento trará benefícios a toda a comunidade escolar, fortalecendo todo o processo. No entanto, o ser humano com sua raiz plenamente social, nem toda vez consegue reconhecer esta origem e desenvolver a capacidade emocional e social que o torna capaz de obter melhores resultados em conjunto.

Nas palavras de Luck (2010, p.83) ao comentar sobre a participação dos pais diz que.

Os pais pouca participação exercem na determinação do que acontece na escola. Algumas vezes teme-se a participação de certos pais que, sendo muito eloquentes e de temperamento forte, tentam impor sua vontade sobre procedimentos escolares e que muitas vezes funcionariam mais para “facilitar” sua própria vida, ou de seus filhos, do que para melhorar a qualidade do ensino, conforme percebido por gestores e professores.

Em consequências destas ações, os dirigentes das escolas param de ouvir os pais, e até de evitar fazer reuniões para ouvi-los e de dar espaço para a participação familiar, segundo Luck (2010) é possível que ajam dessa forma também por temerem a perda do espaço e da autoridade.

Segundo Luck (2010, p.86) “essa participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade de ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam da vida da escola”. Nesta expectativa, é importante a gestão escolar possibilitar um ambiente propício a participação dos pais no processo de tomada de decisões da escola. Ultimamente na procura de uma educação que preze pela qualidade, e que esta funcione de forma eficiente, muito se tem pesquisado e indagado sobre a importância em torno da construção do Projeto Político pedagógico no ambiente escolar, é relevante observar sobre este contexto o sentido em firmar um compromisso político, relevado nas ações cotidianas da prática docente, sendo que nas palavras de Mendes (2000, p.12) “todo fazer pedagógico abarca consequências políticas, sejam elas desejáveis ou não”. Ao se direcionar para uma ação educadora se prevê uma sistematização totalmente organizada e responsável das metas a serem alcançadas e dos passos a serem percorridos pela escola. Por esta visão, o Projeto Político Pedagógico, além de ser realmente um documento norteador da ação do professor, se torna um instrumento em favor da escola como um todo, é por meio deste que serão elaboradas as prioridades e metas estabelecidas e a forma pelos quais se espera alcançá-las.

### 3.3.6 Os alunos

A elaboração de um projeto político pedagógico requer o comprometimento de uma comunidade escolar com os anseios da educação, todos os esforços buscam em sua sentida mais ampla e necessária a sua existência, a possibilidade de oferecer uma educação de qualidade, para Gadotti (2010, p.8) “A garantia de espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade de educação e das políticas educacionais”. Assim, a qualidade é fruto de um processo coletivo, onde todos os envolvidos dentro da instituição são partes importantes dentro do processo organizacional e decisional do ambiente escolar. Neste contexto, o aluno deve ser conhecedor dos processos que são criados para melhorar a sua educação, se faz necessário então à participação dos alunos na elaboração do PPP, pois este vai delinear parte ou toda sua vida escolar dentro daquela instituição. Veiga (2004, p.13) ressalta que “A construção do projeto político-pedagógico propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania”.

Por se constituir como um documento formal e democrático na direção das tomadas de decisões se torna indispensável que tenha em sua função, a de organizar o trabalho pedagógico que engloba desde a sala de aula até as demais relações num contexto social. Assim, o projeto é pedagógico, e por isso, tem suas raízes na melhoria do processo de educação contribuindo de forma ativa na implementação de um ensino que vise uma educação de qualidade, daí surge, a importância da integração do aluno ao projeto político pedagógico, pois todos os anseios da comunidade escolar possuem como alvo o processo de ensino aprendizagem do aluno, atendendo suas necessidades de aprendizagem, que vão constituir o núcleo das preocupações da escola. São eles, de fato, o alvo de todo esse esforço.

## 4. Resultados e Análises

Em relação aos alunos, o nível de participação junto aos seus responsáveis nas reuniões da escola, os resultados foram que cerca de 65% dos alunos não acompanham, ou seja, nunca participaram de reuniões da escola com os seus responsáveis, sendo que uma pequena parte, cerca de 13% participam às vezes das reuniões da escola acompanhados dos seus responsáveis. Para Paro (2017) se coloca uma necessidade de se construir estratégias institucionais que não apenas facilitem, mas também que motivem as práticas participativas dentro da escola pública, este pensamento vem relacionada na próxima questão. Ainda sobre a participação dos alunos em momentos de reuniões, cerca de 51% dos entrevistados participam das reuniões e gostam de falar. Na visão de Luck (2010) deve existir a valorização da capacidade e aptidões dos participantes, ou seja, estimular para que ocorra o sentimento de se fazer parte, e com isso contribuir de forma ativa dentro do processo educacional, esta visão fica bem clara ao analisar a próxima questão.

A próxima questão relaciona-se com a frequência em que os alunos eram convidados pela direção da escola, ou pela coordenação a participar de alguma reunião, cujo objetivo era mostrar os planos da escola para o futuro e outros assuntos, os resultados são que para 65% dos alunos pesquisados as escolas praticamente não compartilham a responsabilidade com eles, pois praticamente desconhecem os objetivos da escola para o futuro, futuro este, que os alunos fazem parte. Este resultado reforça o proposto por Paro (2010) comentado anteriormente. Quando questionados sobre o conhecimento que tinha do PPP cerca de 67,74% dos alunos, não conheciam e 32,26% disse que já tinha ouvido falar. Ou seja, os dados representam que a maioria dos alunos desconhece o projeto político pedagógico, projeto este que é idealizado e pensado para uma educação de qualidade visando o aluno. Para Falkembach (1995), para que ocorra a verdadeira participação dos envolvidos no ambiente escolar dentro do projeto deve se pensar em convergir o pensar e o agir da comunidade escolar. Quando questionados se “A escola faz reuniões com os alunos para falar sobre o Projeto Político pedagógico.”; “A escola possibilita o conhecimento do Projeto Político pedagógico por parte dos alunos”, “O Projeto Político pedagógico é de suma importância para a escola.” e “O seu responsável já comentou sobre o projeto político pedagógico da escola pra você.” Verificou-se que os alunos pouco sabiam sobre tema, concordando apenas com a ideia de que “O Projeto Político pedagógico é de suma importância para a escola.”

Em relação aos pais, sobre as afirmações “A escola possibilita a participação dos pais nas reuniões”, “A escola se mostrou parceira com os pais na educação dos alunos.”, “A escola avisa sobre reuniões a serem realizadas.”, “Os pais possuem liberdade para se expressarem nas reuniões.” e “Os pais conhecem as metas educacionais da escola para o futuro.” Foi verificado que apenas para a afirmação “Os pais conhecem as metas educacionais da escola para o futuro.” Ouve uma discordância dos pais sobre esta afirmação. Sobre o espaço dado pela gestão para ouvir os pais, observou-se que 95% dos pais acreditam que possuem liberdade dentro das reuniões para opinarem.

Em uma das questões indagadas aos pais que possui grande relação com as palavras de Vasconcellos (2006) citadas anteriormente, tendo como objetivo saber as suas opiniões sobre as reuniões da escola, uma frase de um responsável representa muito as vozes dos outros entrevistados, sendo, ela:

*“Eu acho que a escola faz poucas reuniões. Deveria haver reuniões a cada três meses na sala de aula com os professores e pais para falar sobre o comportamento e as notas, obrigada.” P1*

*“venho para interagir com a escola e saber se a mesma está disposta a preparar os alunos para uma nova formação.” P2*

A próxima questão direcionada para os pais, indagava sobre o conhecimento dos pais do projeto político pedagógico, se eles já tinham ouvido falar sobre o projeto político pedagógico da escola, as respostas foram que 31,6% conhecem e 68,4% desconhecem. Como proposto por Falkembach (1995), o projeto é de grande importância, e por isto deve estar acessível a todos que compõem a comunidade escolar. Assim, também nas ideias de Ferreira (2009) o planejamento participativo é construído através da participação efetiva dos atores sociais que formam parte da instituição escolar.

Sobre as afirmações de que “A escola faz reuniões com os pais para falar sobre o Projeto Político pedagógico.”, “A escola possibilita o conhecimento do Projeto Político pedagógico por parte dos pais.”, “O Projeto Político pedagógico é de suma importância para a escola.” e “O aluno pelo qual você é responsável já comentou sobre o projeto político pedagógico da escola. Verificou que os pais concordaram que “O Projeto Político pedagógico é de suma importância para a escola.”

Como proposto anteriormente por Falkembach (1995) e Ferreira (2009) o projeto deve estar acessível a todos, de tal forma que a comunidade escolar saiba os reais objetivos da escola, sendo esta facilitadora do saber. Na tabela fica expresso que a única concordância dos pais é que o projeto é importante para a escola, e que a escola foge do seu compromisso de compartilhar o PPP como contraria Lück (2005) quando diz que a gestão participativa é entendida como uma forma regular e significativa de compartilhamento de informações dentro do ambiente escolar. Neste aspecto a participação dos envolvidos no ambiente escolar se caracteriza como fonte inesgotável de experiências e propiciadora de opiniões de grande impacto e fortalecimento da gestão escolar. Porém, tais atores permanecem de forma externa ao desenvolvimento, não contribuindo de forma ativa no adensar da instituição educacional.

Em relação aos funcionários, quando questionados sobre as formas de participação, em relação as afirmações “Apenas como presença física, não falo nada.”, “Praticamente não falo nada, gosto mais de ouvir.”, “Gosto de falar, gosto que as pessoas saibam minha opinião.” e “Opino e sempre espero que as minhas opiniões sejam aprovadas pelo grupo.” Foi verificado que os funcionários concordam que gostam de falar nas reuniões. Ao serem questionado sobre o nível de concordância da afirmação de que conhecia o PPP, foi verificado uma grande discordância sobre isso. Também foi discordantes sobre a afirmação “Desde quando você trabalha nesta escola, já foi realizada alguma reunião com a direção com o objetivo de falar sobre o projeto político pedagógico da escola.”

Os resultados expostos mostram que praticamente os funcionários desconhecem o documento, contrário a estes resultados, Dias (2003) comenta que é necessário que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso que surge o Projeto Político-Pedagógico.

Em relação aos professores, quando deparados com as afirmações “Apenas como presença física, não falo nada.”, “Praticamente não falo nada, gosto mais de ouvir.”, “Gosto de falar, gosto que as pessoas saibam minha opinião.” e “Opino e sempre espero que as minhas opiniões sejam aprovadas pelo grupo.” Neste contexto foi observado basicamente dois grupos, uma predominância dos que opinam e esperam que suas opiniões sejam aprovadas pelo grupo e de outro lado, um grupo que praticamente não fala nada. Na visão de Luck (2010, p.42) o primeiro tipo de participação seria “Participação como expressão verbal e discussão de ideias” nos quais atuam limitando-se a solicitações da direção da escola de forma reativa. E sobre a segunda forma, Luck (2010) diz que este tipo de participação possui características em muitas situações limitadas, pois é fácil observar que ela realmente não passa em muitas vezes de uma simples verbalização de opiniões.

Quando submetidos as afirmações “Você participou de alguma formação que possibilitasse um conhecimento melhor sobre o projeto político pedagógico.”, “Você já participou da elaboração de um Projeto Político Pedagógico.”, “Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico desta escola.”, “Você já participou de alguma reunião com a direção ou o suporte pedagógico desta escola com intuito de socializar o Projeto Político Pedagógico.” e “Você participa da execução do Projeto Político Pedagógico desta escola.” foi verificado a existência de uma discordância entre os professores quanto todas as afirmações. Nos resultados expostos da tabela, percebe-se a falta de conhecimento dos professores em relação ao PPP, assim como, a falta de comunicação entre gestão e os professores. Na concepção de Dias (2003) O Projeto Político-Pedagógico, quando é elaborado e executado de forma totalmente participativa, tem se mostrado como um importante instrumento que possibilita a inclusão social e uma gestão democrática na escola pública.

Sobre as afirmações “Você conhece o Projeto Político Pedagógico desta escola.”, “Você conhece o projeto político pedagógico de outra escola” e “Como todo Projeto Político Pedagógico possui em sua estrutura o currículo a ser seguido pela escola, você conhece o currículo do projeto desta escola”. Na opinião dos professores estes desconhecem o PPP tanto de suas escolas como de outras, em relação ao currículo, estes também desconhecem o currículo e conseqüentemente não os aplicam, para Veiga (1995) o currículo dentro do PPP é na verdade uma construção social do conhecimento, sistematizando os meios para que a construção realmente se efetive transmitindo os conhecimentos historicamente construídos dentro da comunidade escolar. Sobre as afirmações “A direção deve participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.”, “O Professor deve participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.”, “O Suporte Pedagógico deve participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.”, “Os responsáveis pelos alunos devem participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.” e “Os funcionários (serventes, vigias, auxiliares e outros) devem participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.”. Os professores acreditam que todos os atores sociais que compõem a escola devem participar do contexto do PPP, desta forma, para Marques (1981), a atuação de todos os atores sociais nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades é primordial para garantir o eficiente desempenho da organização escolar.

Em relação aos supervisores, responderam como definiriam o comportamento nas reuniões da maioria dos professores, as afirmações de que “Participam com presença física, praticamente não colaboram com a reunião”, “Participam através da fala, porém, na maioria dos casos não tem muito haver com o tema da reunião”, “Em todas as reuniões, existe um grupo que participa sempre, e outro que sempre só escuta” e “Participam ativamente das reuniões, opinando e colocando suas ideias em discussão”, foi constatado que os supervisores acreditam que a maioria dos professores praticamente não colabora com as reuniões, participando apenas como presença física. Como proposto por Luck (2017) deve existir o fortalecimento da participação no processo interno da comunidade escolar, como uma forma de organizar sobre o ponto de vista também da gestão participativa instalada na escola.

Na próxima etapa estão expostas as repostas dos supervisores relacionados à indagação “Que importância você atribui ao projeto político-pedagógico de uma escola?” as repostas foram colocadas respectivamente.

*“é sem dúvida o documento que vai motiva as ações e atividades a serem desenvolvidas no ano em curso”. S1  
“muito importante” S2*

*“é fundamental para o planejamento e execução das atividades educacionais no ano letivo”. S3*

*“toda a importância possível, pois é nele que devem estar pautada toda a proposta da escola”. S4*

Pelas opiniões dos supervisores é possível perceber que o PPP é um documento de grande importância para a implementação das propostas da escola, documento este que é a identidade da escola, na visão de Terrén (2003) citado por Ferreira (2009) sobre esta importância, “a escola deve ser capaz de oferecer iguais oportunidades a um público cada vez mais caracterizado por uma crescente diversidade social e cultural”.

Na próxima questão foi analisado sobre os supervisores em relação à participação dos atores sociais da comunidade escolar na elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico da escola, sendo estes atores a Gestão, Secretária, Coordenação pedagógica, Professores, Alunos, Pais e Outros funcionários (cozinha, vigia e outros), assim, na opinião dos supervisores todos estes atores possuem de alguma forma uma participação dentro do PPP.

Em relação aos gestores, na questão em que se direcionava para que os gestores opinassem sobre o comportamento dos professores nas reuniões, foi observado que nas afirmações “Participam com presença física, praticamente não colaboram com a reunião” e “Participam através da fala, porém, na maioria dos casos não tem muito haver com o tema da reunião” e “Em todas as reuniões, existe um grupo que participa sempre, e outro que sempre só escuta” as repostas dos gestores foram unânimes em discordarem destas afirmações, para a afirmação de que “Participam ativamente das reuniões, opinando e colocando suas ideias em discussão” houve unanimidade na concordância entre os gestores. Nos dados é possível analisar que segundo os gestores a participação destes membros nos encontros é de grande relevância, para Luck (2017) é necessário que ocorra dentro do ambiente escolar a participação em seu sentido mais real ou plena sendo esta caracterizada pela mobilização efetiva de todos os esforços individuais.

Foi indagado aos gestores “Que importância você atribui ao projeto político-pedagógico de uma escola” a respostas foram respectivamente, sendo elas:

*“tudo em nossas vidas precisa ser planejado, caso contrário à margem para o erro é grande. Toda escola precisa planejar suas metas ações para serem executadas com sucesso. O ppp facilita esta execução por isso é de grande importância”. G1*

*“é de suma importância, pois é através dele que ações e projetos são desenvolvidas; é o direcionamento fundamental de uma instituição de ensino”. G2*

*“é importante, pois é ele que dá um norte para a escola, é o plano de ação escolar”. G3*

*“O projeto político pedagógico tem um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade que é constitutiva.”G4*

Nesta questão se tentou verificar a opinião dos gestores em relação à participação dos atores sociais da comunidade escolar na elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico da escola, considerando os atores a Gestão, Secretária, Coordenação pedagógica, Professores, Alunos, Pais, e Outros funcionários (cozinha, vigia e outros), assim, foram unânimes as respostas dos gestores que concordam que todos os atores sociais como gestão, secretária, supervisores e professores participam com mais intensidade deste processo, sendo que os alunos, pais e outros funcionários (cozinha, vigia e outros) participam com menor frequência.

Por esta visão, é notável a observação de que nem todos os atores sociais estão participando ativamente do processo do PPP, para Luck (2010) ao comentar sobre a participação dos pais diz que estes possuem pouca participação nos

acontecimentos da escola, algumas vezes os gestores chegam a temer a participação de certos pais, pois estes possuem temperamentos muito fortes. Para Ferreira (2008) ao comentar sobre os atores sociais da escola afirma que a cooperação exige entendimento com caráter mútuo e esta participação supõe a abertura de novas discussões, de determinação e de novas deliberações, e em relação aos funcionários deixa claro que o trabalho dos funcionários, por se realizar em uma escola, tem uma dimensão pedagógica que é pouco reconhecida, podendo esta participação de tal forma contribuir de formato significativo para as ações pedagógicas da escola.

## 5. Conclusões

O trabalho coletivo dentro da instituição revela para as escolas as habilidades e as competências da comunidade escolar, assim, pelo processo participativo a escola se transforma em uma oficina da democracia priorizando o trabalho em grupo e organizando-se como instituição cujos membros se conscientizam da sua função na construção da identidade da escola, ou seja, tornando-se parte da vida escolar.

O projeto político pedagógico como um dos símbolos de construção a partir do processo participativo, se torna fundamental dentro da instituição escolar, pois é a partir deste, que a escola enquanto instituição do saber constrói sua identidade e o perfil futurístico do que ela espera alcançar em seus alunos. Pela importância deste projeto é necessário que a sua construção alcance todos os cantos da escola, para que esta possa se planejar de forma coerente com a realidade em que está inserida, e pela grandeza de tal projeto é fundamental a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, e que são chamados a compartilharem experiências e saberes que possam enriquecer a cultura local e contribuir para o sucesso principal de todos estes esforços, uma educação de qualidade.

O estudo priorizou analisar de que forma acontece a participação da comunidade escolar na elaboração e na execução do projeto político pedagógico das escolas, assim, criando um elo possível de participação entre os atores sociais da comunidade escolar como os gestores, supervisores, professores, funcionários (vigia, cozinha, secretária e outros), pais e alunos visando o projeto político pedagógico como fundamental para a implementação dos objetivos propostos pela escola. Desta forma, conhecendo o nível de participação destes atores nas reuniões da escola, os seus conhecimentos sobre o PPP e o seu nível de participação neste, procurando também conhecer as formas de participação dos atores dentro do ambiente escolar, entendendo suas dificuldades e anseios dentro da instituição.

Assim, observa-se que as escolas pesquisadas promovem ações que buscam integrar os atores sociais da escola, seja através de reuniões, da liberdade de expressão nos encontros, da participação nas tomadas de decisões e de tentar oportunizar a participação em todos os âmbitos da escola. Assim, a escola oportuniza um espaço para a participação dos atores sociais, assim como o compartilhamento de ideias através de experiências dos vários integrantes da comunidade escolar. Porém, foi verificado em relação ao projeto político pedagógico que os funcionários (vigia, cozinha, secretária e outros), pais, alunos e professores estão distantes da participação ativa neste projeto, seja por conhecimento do conteúdo, seja por capacitação ou por falta de informação através da escola. Neste contexto, os professores terminam se sobressaindo pelo privilégio da informação, porém, uma informação já produzida, finalizada, não construída coletivamente, enquanto pais, alunos e demais funcionários da escola além de não participarem da construção coletiva do projeto não recebem informação sobre o documento finalizado.

Desta forma, para os funcionários (vigia, cozinha, secretária e outros), pais, alunos e professores as suas participações neste projeto ainda não são significativas o bastante para serem consideradas partes integrantes da elaboração ou execução deste projeto. Assim, verifica-se que o projeto político pedagógico é um projeto que ainda fica nas mãos das supervisoras e gestoras das escolas, não chegando de forma efetiva para a comunidade acadêmica que é essencial neste processo de planejamento de metas educacionais com objetivo de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem no contexto em que está inserido a escola.

No contexto desta pesquisa, surgem questões que ainda devem ser exploradas para entender melhor a participação da comunidade escolar neste processo de construção do projeto político pedagógico(PPP), entre elas, quais seriam os condicionantes que implicam na participação efetiva da comunidade escolar na construção do PPP? Por que o PPP não possui um acompanhamento que inclui de forma efetiva a comunidade acadêmica neste processo? Quais os motivos que ainda dificultam uma efetivação do PPP nas escolas?. São questões como estas que devem motivar o leitor(pesquisador) a refletir sobre a importância do PPP para a construção da identidade da escola e encontrar respostas que possam ajudar a efetivação deste documento que é de suma importância para escola e para a comunidade na qual estão inseridas.

## Referências

- Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é participação*. (8a ed.), Ed. Brasiliense.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes a bases da educação nacional. Brasília, DF.
- Costa, C., & SILVA, I. (1995). Planejamento participativo: prática de cidadania ou cidadania na prática? *Revista de Educação da AEC*, 24(96), 37.
- Dias, G. (2007). A dimensão política do projeto político-pedagógico: rumo à autonomia política e pedagógica da escola pública. *Revista Pedagogia em Debate – Desafios Contemporâneos*. UTP. mar. 28-45. [http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/artigo\\_PDE\\_ELAINE](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/artigo_PDE_ELAINE)
- Falkembach, E. M. F. (1995). Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: Veiga, I. A. (Orgs.). *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*, 26-40. Papirus.
- Ferreira, R. (Coord.). (1999). *Construindo a Educação na Cidade de Camaragibe*. Camaragibe (PE): Secretaria de Educação.
- Ferreira, N. S. C. (2009). *Projeto Político Pedagógico*. IBPEX.
- Gadotti, M. (1994). *Pressupostos do Projeto Pedagógico*. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC.
- Gadotti, M. (2010). *Qualidade na Educação: Uma Nova Abordagem*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Libâneo, J.C. (2003). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. Cortez.
- Luck, H. (1998). *A dimensão Participativa da gestão escolar*. Brasília: Gestão em Rede.
- Luck, H. (2010). *Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional*. (5a ed.), Ed. Vozes.
- Luck, H. (2010). *Liderança em gestão escolar*. (6a ed.), Ed. Vozes.
- Luck, H. (2010). *A gestão Participativa na Escola*. (8a ed.), Vozes.
- Luck, H. (2017). *A gestão Participativa na Escola*. Ed. Vozes.
- Luckesi, C. C. (1993). *Filosofia da educação*. Cortez.
- Marques, J. C. (1981). Proposta básica para gestão. *Revista Educação e Realidade*. 109-120.
- Mendes, R. E. A. (2000). Projeto político Pedagógico em favor da Escola. *Revista AMAE educando*. 12-25.
- Orsolon, L. A. M. (2003). O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: Almeida, L. R. & Placco, V. M. N. S. (Orgs.). *O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança*. 37-52. Loyola.
- Paro, V. H. (2000). *Gestão democrática da escola pública*. (3a ed.), Ed. Ática.
- Paro, V. H. (2010). *Administração escolar: Introdução Crítica*. (16a ed.), Ed. Cortez.
- Paro, V. H. (2017). *Gestão democrática da escola pública*. Cortez.
- Resende, L. M. G. (1995). Paradigma – relações de poder – projeto político pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: Veiga, I. P. A. (Orgs.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 24-40. Campinas-SP: Papirus.
- Vasconcellos, C. S. (2006). *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. Libertad.
- Vasconcellos, C. S. (2006). *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico- elementos para elaboração e realização*. São Paulo: Libertad.
- Veiga, I. P. A. (2004). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: Veiga, I. P. A. (Orgs.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 12-20. Papirus.
- Wittmann, L. C. (2009). *Gestão democrática*. IBPEX.